

# O ponto de inflexão

Julian M. Chacel

Pertencem ao passado os dias do Estado promotor do desenvolvimento. A conta consolidada do Setor Público demonstra, a partir de 1982, crescente deseconomia em conta corrente. A outra face dessa deseconomia é o déficit do setor público que, embora financiado pelas emissões monetárias e colocação de títulos do Tesouro no mercado, compromete a capacidade de financiamento não-inflacionário dos investimentos em infra-estrutura econômica e social. Não é por outro motivo que, diante da inflexibilidade dos cortes nos gastos correntes, as várias tentativas de impor um plano de estabilização vão desaguar na redução das despesas de investimento e baixo nível de demanda para a indústria de bens de capital. Esta, esgotado o *momentum* vindo da década anterior opera atualmente em nível de 70% do limite de sua capacidade nominal instalada, tendente ao declínio.

Na época em que estavam em discussão os possíveis modelos teóricos do crescimento, opondo o crescimento equilibrado ao desequilibrado, Hirschman, ao afirmar que o desequilíbrio é inerente ao processo, propunha, imaginosamente, duas formas de desequilíbrios criadores da expansão econômica. Segmentando o investimento total em dois tipos, o de infra-estrutura (centrais elétricas, sistemas viários, armazéns e silos, portos e aeroportos, rede de telecomunicações, etc.) e o diretamente produtivo (as instalações, máquinas e demais equipamentos usados na agricultura, indústria, comércio e serviços) em qualquer ponto no tempo haveria um excesso, ou falta, de infra-estrutura produtiva relativamente às necessidades de produção. Gerando dois tipos de desequilíbrio: via excedência ou via escassez. Em ambos os casos, o desequilíbrio criado resultava numa ação do Estado ou numa reação do setor privado para corrigi-lo e, na sequência de desequilíbrios dinâmicos, o equilíbrio fugazmente alcançado seria a raiz do crescimento econômico.

Aceito o modelo de Hirschman torna-se claro, contudo, que a intensidade dos desequilíbrios entre as duas formas de investimento terá de estar contida dentro de certos limites. Do contrário, se houver, pela extensão do desequilíbrio, um ponto de ruptura, na impossibilidade de recuperar a complementaridade dos dois tipos de investimento, ao invés do crescimento econômico o resultado será a estagnação.

Pois bem, é da hipótese, nada improvável, de um impedimento à retomada, tão almejada, do crescimento, que aqui se trata. O descalabro das finanças do Estado, este tomado em seu sentido mais amplo e em seus três níveis de atuação, compromete seu papel de provedor da infra-estrutura produtiva. Há mais de dois anos a Confederação Nacional da Indústria vem alertando para a crise que se avizinha no setor elétrico. Num discurso recente na Câmara dos Deputados, provavelmente ouvido com a desatenção costumeira, Jones dos Santos Neves assinalou que os cronogramas físicos da construção das centrais elétricas acham-se, medidos em termos de desembolsos, com um retardo da ordem de 20 bilhões de dólares. A esta soma devem ser acrescidos 7 bilhões anuais para, recupe-

rado o atraso, se isso fosse possível, garantir que a escassez de energia elétrica não seria fator de estancamento. O setor elétrico foi tomado como paradigma da tempestade que se forma no horizonte, mas o mesmo pode ser dito da insuficiência dos investimentos no domínio do petróleo e o público tem clara percepção da deterioração da malha viária e da saturação a que chegou o sistema de telecomunicações. Este último, em especial, não pode e não deve ter seus investimentos retardados, porquanto as telecomunicações são economizadoras de energia e de tempo e, desde logo, elemento essencial da mudança dos processos produtivos que, na era da microeletrônica, caracterizam a civilização pós-industrial. Aqui, na malha das interações há uma intercessão com a energia elétrica porque, sem esta, não há emissões de televisão nem operam os computadores.

Estudo ainda de circulação restrita dentro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas fornece, com números, boa ilustração do que aconteceu com as empresas estatais não-financeiras, durante a presente década, quanto à perda de impulso para financiar novos investimentos. Eduardo Luiz Correia mostra em seu trabalho que a formação bruta de capital fixo das estatais federais, a preços constantes de 1980, decresceu 15,5% entre 1981 e 1983 e 41,6% se o período for estendido até 1986. Tal declínio, se um diagnóstico precisa ser feito, resulta da tarifação irreal (combate à inflação pela "administração dos índices de preços") que comprometeu a rentabilidade das empresas e sua capacidade de autofinanciamento, da redução ou cessação das transferências e subscrições de capital feitas pela União e das crescentes dificuldades para encontrar fontes externas de financiamento.

A ordenação das contas públicas para recuperar a capacidade de investimento do Estado e seu papel de provedor de uma infra-estrutura econômica e social obriga, certamente, a redimensioná-lo. Tendo aberto demasia-das frentes de intervenção direta e cedendo ao clientelismo político desenfreado aumentando desmesuradamente gastos correntes, o Estado, por impotente, deixou de ser desenvolvimentista. Repensar suas funções e buscar formas de coalizão com o setor privado são passos essenciais para preparar o caminho, se a nação aspira a crescer econômica e socialmente na próxima década. A questão do esquema de pagamento da dívida externa é parte do problema maior da capacidade de investir, mas não será resolvida sem a simultânea reordenação do Estado, onde o tema da fiscalidade passa também pela reabilitação ética. Reabilitação onde ser governo, como ocupante de posto e um dos três poderes, é servir a nação e não dela servir-se. Neste instante em que os nomes dos postulantes à Presidência estão postos diante do eleitorado é importante que a retórica fundada em promessas difusas seja substituída por propostas claramente configuradas. O ponto de inflexão, portanto, deveria ser matéria para reflexão dos candidatos na elaboração de um programa de governo, a ser analisado pelo eleitor.